Mobilidade territorial de famílias seringueiras na zona de fronteira do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia)

Profª. Drª. Maria de Jesus Morais
mjmorais@globo.com
Universidade Federal do Acre

Prof. Dr. Elder Andrade de Paula
elderpaula@uol.com.br
Universidade Federal do Acre

Mariette de Souza Espíndola
mariette.espindola@ibest.com.br
Bolsista PET- Geografia/UFAC

RESUMO

A mobilidade territorial de seringueiros acreanos na faixa fronteiriça do Acre e do Pando é o tema desta comunicação. Nela buscaremos discutir as dimensões materiais e imateriais que estão presente nos momentos de deslocamento dos seringueiros acreano. Nesse sentido discutiremos os condicionantes postos no Acre para a saída, bem como os condicionantes postos na Bolívia para a chegada e os condicionantes postos no Acre e na Bolívia para o retorno ao Acre, em dois momentos principais. O primeiro: o da chegada da frente agropecuária (décadas de 1970-1980) e da instabilidade sócio-econômica provocada pelos "novos donos da terra" que muito contribuíram para o deslocamento de seringueiros para o Pando. O segundo é o do "retorno" para o Acre e/ou permanência na Bolívia (anos 2000), novamente em situação de extrema precariedade social e territorial. Em linhas gerais trabalha-se esse movimento migratório tendo por base o processo de expropriação territorial em decorrência do avanço da fronteira agrícola, documentado na história oral das famílias migrantes que contam as tensões do viver "entre-lugares", ou seja, a sua condição de sujeito transterritorial, deslocado; com territorialidades e territórios vivenciados entre o *aqui* e o *lá*, entre o *antes* e o *depois* de um território emigrado, entre o *passado* e o *presente*, entre a *ausência* e a *presença*.

Palavras chave: mobilidade territorial, famílias seringueiras.

INTRODUÇÃO

A região que hoje compreende o estado do Acre/Brasil e o Departamento do Pando/Bolívia foi alcançada pelas frentes de expansão na segunda metade do século XIX. A formação sócio-econômica-territorial desta região, desde então, é marcada por conflitos, por lutas pelos recursos naturais, seja a borracha no passado, a castanha e hoje a madeira. A história desta exploração econômica é

também a história de expropriação territorial dos grupos indígenas e também a dos seringueiros, trabalhadores das unidades produtivas, o seringal.

Esta comunicação versa sobre esta questão: a trajetória de famílias seringueiras que vivem na faixa de fronteira entre o Acre/Brasil e Pando/Bolívia[1]. A trajetória é discutida associada ao avanço da fronteira agrícola nesta zona fronteiriça, isto é, a frente agropecuária (dos anos de 1970 e 1980) que provocou o deslocamento de muitas famílias seringueiras para as matas de Pando na Bolívia. Esta exploração madeireira em curso no Pando e Acre que provoca um novo deslocamento das famílias seringueiras para o Brasil e por outro lado o Brasil não "possui condições de re-assentá-las".

Nesta comunicação trabalhamos com dados do Censo do Instituto Nacional de Reforma Agrária-INRA de 2007, com os dados do Censo da Organização Internacional para las Migraciones-OIM de 2009, com os dados do Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA de 2010. Com entrevistas realizadas na cidade de Plácido de Castro, onde conversamos com fazendeiros (que possuem terras e empregam trabalhadores brasileiros em Pando), seringueiros, pequenos produtores, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais e prefeito do município de Plácido de Castro.

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO ACRE, A EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL DE FAMÍLIAS SERINGUEIRAS E A MIGRAÇÃO PARA A BOLÍVIA

Discutir a mobilidade territorial de famílias seringueiras na zona de fronteira Acre/Pando pressupõe que levemos em consideração o contexto histórico e geográfico em que estão inseridos os sujeitos desta mobilidade. Uma primeira ressalva são as dimensões de fronteira com a qual estamos trabalhando: a fronteira política, enquanto delimitação territorial da atuação jurídica do Estado-nação, que distingue o território boliviano do brasileiro, o que significa dizer que há uma diferenciação, do ponto de vista das garantias territoriais, entre está do lado

[1] A análise está ancorada nos resultados parciais do Projeto de Pesquisa "Processos de territorialização e identidades sociais: construção material e simbólica do lugar em contextos político-econômicos e socioambientais distintos" (financiado pela CAPES, coordenado pelo PPGS/UFSCAR em parceria com PPGMDR/UFAC e PPGS/UFAM).

de *cá* e está do lado de *lá*. E também a da fronteira enquanto *front* de expansão econômica e cultural, responsável pela expulsão da população camponesa para outros lugares.

A fronteira política é uma descontinuidade geopolítica que possui uma função real de limitação da soberania, uma função simbólica de designar o pertencimento a uma comunidade e, uma função imaginária que conota uma relação com o Outro, o vizinho, com sua própria história e seus mitos fundadores. A fronteira é, portando, o traço definidor de poderes territorialmente instituídos, ou seja, das divisões político-administrativas entre Estados, mas, também é uma zona de interação (Foucher, 1986).

As fronteiras econômicas, por sua parte, trazem implícitos confrontos e conflitos, pois é o lugar da alteridade e, como diz Martins, o "lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terras, de um lado, e os camponeses pobres, de outro". Todavia, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um "lugar de descoberta do outro e de desencontros". Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo, mas o desencontro de "... temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História" (Martins, 1997: 150-151).

A divisa entre Brasil e Bolívia tem uma extensão de 3.423 km, ou seja, 20% da linha divisória continental do Brasil com os países vizinhos. A zona de fronteira formada pelos dois países engloba faixas fronteiriças pertencentes a quatro estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e três departamentos bolivianos (Pando, Beni e Santa Cruz de la Sierra).

No caso do nosso estudo a faixa de fronteira pesquisada se restringe ao Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). A faixa de fronteira no Brasil é definida como a área correspondente a 150 km do limite internacional, o que corresponde a todos os municípios acreanos, já na Bolívia é definida como a área correspondente a 50 km. Estas são consideradas "áreas especiais", no caso boliviano o Artigo 25º da Constituição define que:

> dentro de cincuenta kilómetros de las fronteras, los extranjeros no pueden adquirir ni poseer, por ningún título, suelo ni subsuelo, directa o indirectamente, individualmente o em sociedad, bajo pena de perder, en beneficio del Estado, la propiedad adquirida, excepto el caso de necesidad nacional declarada por ley expresa.

Os municípios do Acre que fazem divisa com a Bolívia são: Acrelândia, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri, Epitaciolância, Brasiléia e Assis Brasil. Já os municípios bolivianos correspondentes da faixa de fronteira são: Santos Mercado, Ingavi, Santa Rosa del Abunã, Bella Flor, Porvenir, Cobija e Bolpebra.

O espaço que atualmente corresponde ao Departamento de Pando foi durante séculos um "território desconocido, ignorado e inexplorado", da mesma forma o espaço que corresponde ao atual estado do Acre foi durante séculos inexplorados por uma população não-indígena. A Amazônia boliviana e a Amazônia brasileira na parte Sul-Ocidental foram alcançados pela extração gomífera nas últimas décadas do século XIX (Bolivia, 2010: 13).

A exploração do látex "diezmó cruelmente a la población originaria de la amazonia boliviana" e do que hoje corresponde ao estado do Acre

> "y con ello se escribió con sangre uno de los capítulos más oscuros de la historia boliviana sobre la explotación del hombre por el hombre en las barracas gomeras; este sistema de barracas desde entonces expide injusticia, opresión, humillación al extremo de la esclavitud. Estas barracas, con el sistema de enganche, impusieron a los indígenas de la región cadenas de infierno y cepos de miséria" (Bolívia, 2010: 14).

Do lado boliviano a goma "produjo la invasión de criollos y mestizos, barraqueros provenientes de Santa Cruz, Cochabamba y La Paz" e também do Brasil e Peru, em 1899 estima-se a existência de 60.000 brasileiros trabalhando na extração do látex em seringais do lado boliviano (Céspedes, 2005). Vale ressaltar que a grande maioria desta população estava sob comando do barraquero Nicolás Suárez Callaú, um dos maiores latifundiários da Amazônia boliviana. A mão-de-obra brasileira que trabalhavam nessas barracas eram majoritariamente de nordestinos "expulsos da concentração de terras" nos seus estados de origem. Ao chegaram a Amazônia se transformaram em seringueiros, o extrator do látex, envolto em uma cadeia de exploração, seja do lado brasileiro, seja do lado boliviano. A presença de brasileiros na Bolívia, portanto é bem antiga, remonta a antes da anexação do Acre ao território brasileiro.

Esse foi o início da ocupação da Amazônia Sul-Ocidental por uma população não indígena que adentraram nestas matas para extrair o “leite da seringueira”. Foi a exploração da goma que motivou a *guerra del Acre,* conflito que definiu a atual fronteira entre Brasil e Bolívia na Amazônia (Béltran, 2001). Vale ressaltar que quando inicia a exploração gomifera sob comando de seringalistas brasileiro as terras exploradas pertenciam a Bolívia (Tratado de Ayacucho). E foi a disputa pelo domínio das “árvores de leite” que provocou a redefinição das fronteiras políticas.

Este foi um primeiro grande momento que demonstra a presença de seringueiros brasileiro do outro lado da fronteira. Isso não significa dizer que com a diminuição dos “negócios da borracha” no mercado mundial tenha provocado a saída de brasileiros do território boliviano. Com a queda dos preços da borracha houve um afrouxamento das relações de controle dos seringais, tanto no lado brasileiro quanto no boliviano. Nesta perspectiva trabalhar na Bolívia era muito mais lucrativo, pois esta sempre foi “boa de leite” e por vários motivos. Um deles era que nos seringais bolivianos não se cobrava a *renda pelas estradas* de seringa e se podia vender a produção a quem bem entendesse.

Um segundo momento de fluxo migratório de seringueiros acreanos para o Pando foi o das décadas de 1970 e 1980, o provocado pelas políticas públicas do governo dos militares (1964-1985). O governo dos militares põe em prática um programa de ocupação econômica da Amazônia, naquela época falava-se em ocupação dos “espaços vazios”, embora a região estivesse ocupada por povos indígenas e pela população camponesa “já presente na área desde o século XVIII” (Martins, 1997: 85-86). E falavam também da modernização das atividades econômicas. O que gerou conflitos e tensões pelo reconhecimento da posse da terra.

O conjunto das políticas e estratégias de desenvolvimento levadas a cabo pela ditadura militar, significou para os povos indígenas e populações camponesas a “chegada do novo” na forma de expropriação. Deles, foi tirado o que se tinha de “vital para sua sobrevivência: terra e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política” (Martins, 1993: 63).

A expansão da frente agropecuária no território acreano, significou, entre outros, a transferência da terra dos seringalistas para os novos fazendeiros, que não mais necessitavam da totalidade da força de trabalho camponesa. Neste sentido foi utilizado vários mecanismos para expulsão desta população e houve pelo menos três tipos de reações por parte dos seringueiros-posseiros e índios posseiros: em um primeiro momento grande parte deles, intimidados pelas pressões, abandonaram suas colocações de seringa e migraram para os seringais da Bolívia, correndo "atrás das seringueiras à semelhança dos seus antepassados nordestinos, para os quais não existiam fronteiras entre o Acre (Brasil), a Bolívia e o Peru" (Varadouro, maio de 1978); outro contingente migrou para as periferias urbanas, principalmente para Rio Branco, e, uma terceira parcela, reagiu contra os "paulistas", iniciando uma longa jornada de lutas de resistência pela posse da terra (Paula, 1991).

Segundo Esteves (2005) os conflitos e tensões ocorridos entre estas décadas contribuíram para a expulsão de milhares de extrativistas de suas "colocações" (unidades de produção comandada pelos seringueiros no interior da empresa seringalista). Alguns partiram a procura por um "bom patrão" porque já não tinham mais terra no Acre. Os seringueiros expulsos dos seringais do Acre, não obtendo outras colocações no Acre, migraram para a Bolívia em busca de trabalho ou de um pedaço de terra onde pudesse continuar com as atividades que já exerciam nas matas acreanas. Estes buscavam nestes seringais o espaço de manutenção de seus modos de vida, cortando seringa e coletando castanha, fazendo roçados, criando animais e fazendo inúmeras outras atividades ligadas ao viver da floresta (Dantas, 2009 e Maia, 2002).

Em 1991, segundo relatório de uma Comissão de Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, estimava a presença de "15 mil seringueiros brasileiros em território boliviano, dos quais a grande maioria saiu do Estado do Acre" (Dantas, 2009). Atualmente, segundo dados da OIM, existem 548 famílias, das quais 347 foram entrevistas. As outras: 109 – não quiseram participar da contagem da população; 20 tinham abandonado suas casas e em 68 casas o chefe da família não foi encontrado.

O Censo de “famílias brasileras en la franja de frontera” da OIM de 2009 elaborou um zoneamento da faixa de fronteiriça boliviana em seis zonas. Das quais quatro fazem divisa com o Acre. A zona 01 é formada pelos municípios de Bolpebra, Cobija, Porvenir e Filadelfia e faz divisa com os municípios brasileiros de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia. A Zona 02 é formada pelos municípios de Bella Flor e Puerto Rico e faz divisa com os municípios brasileiros de Xapuri e Capixaba. A Zona 03 é formada pelos municípios de Bella Flor e Santa Rosa del Abunã e faz divisa com o município brasileiro de Capixaba. A Zona 04 é formada pelos municípios de Ingaví e Santos Mercado e faz divisa com os municípios brasileiros de Plácido de Castro e Acrelândia. A Zona 05 é formada pelos municípios de Santos Mercado e Nueva Esperança e faz divisa com o município brasileiro de Porto Velho. E a Zona 06 é formada pelos municípios de Nueva Esperança, Santos Mercado e Villa Nova e faz divisa com o município brasileiro de Porto Velho.

A população brasileira, camponesa somava, segundo OIM (2009) 1.254 pessoas que no momento do censo formavam 347 famílias, distribuídos pelas seis zonas, como podemos observar no quadro 01.

Quadro 01 - População brasileira segundo a Zona da Franja da Fronteira em território Pandino

Zona da Franja da Fronteira	Total
Zona 1: Bolpebra/Cobija/Porvenir/Filadelfia	281
Zona 2: Bella Flor/Puerto Rico	257
Zona 3: Bella Flor/Santa Rosa del Abuna	552
Zona 4: Ingaví/Santos Mercado	110
Zona 5: Santos Mercado/Nueva Esperança	50
Zona 6: Nueva Esperança/Santos Mercado/Villa Nova	4
TOTAL	**1.254**

Fonte: OIM, 2009.

Do ponto de vista das condições do trabalho a maioria das famílias (289) vivem por conta própria, a segunda condição é o assalariado. A maioria dos chefes de famílias (183) se considera proprietários da terra, o que significa dizer que trabalham para si. A categoria Outra engloba 145 famílias e destas cuidante, o que significa dizer que vivem em posses de outras pessoas que também são

brasileiros. Estes vivem a maior parte do ano na Bolívia, as viagens ao Brasil são para tratamento de saúde, venda de produtos e visitas as famílias do lado de cá.

Sob a jurisdição boliviana esta população fica submetida às normas vigentes e tensões dela decorrentes, como a cobrança de taxas de "estrangeria e a multiplicidade de cobradores de rendas e impostos" (Maia, 2002: 05). Esta população foi "incomodada" pelas autoridades bolivianas, no sentido de deixar a faixa de fronteira boliviana, em pelo menos dois momentos de maiores tensões. Um foi na década de 1990, quando o governo boliviano põe em curso um "Programa de Desenvolvimento de Pando", no qual previa o deslocamento de trabalhadores desempregados para as "áreas desertas" da Amazônia. E o outro inicia em 2008 quando o governo de Evo Morales tomou diversas iniciativas no sentido de "dinamizar o desenvolvimento" na região.

Como ocorre freqüentemente nesses processos de expansão interna de fronteiras econômicas, elas tendem a provocar novos conflitos na região. Destacaríamos em particular duas dessas medidas: 1) remoção dos brasileiros que vivem nas terras situadas na faixa de 50 km da fronteira para áreas de assentamento na parte central do Departamento; 2) assentamento de 4 mil famílias de camponeses oriundas dos altiplanos nas terras de Pando, cerca de 400 famílias já haviam sido deslocadas para esse departamento no segundo semestre de 2009 (Paula e Morais, 2010).

O incômodo para a população seringueira nos dois momentos é o mesmo "a retirada desta população para áreas fora da faixa de fronteira" e sair da faixa de fronteira significa se distanciar do Brasil, pois atualmente existe todo um fluxo de convívio, seja na venda de produtos, seja na rede familiar, seja no atendimento de serviços de saúde.

No caso das medidas do governo de Evo Morales, parte delas foram tomadas com a "colaboração" do governo brasileiro, interessado em manter esses camponeses em território boliviano, conforme explicitaremos mais adiante. Contudo, tais atitudes parecem insuficientes para resolver o problema, dado que há uma recusa desses imigrantes em sair das áreas que ocupam para os assentamentos a serem criados em outras localidades do Departamento de

Pando. É possível perceber nas entrevistas desses imigrantes publicadas em diversos meios de comunicação no Brasil, que essa resistência tem motivações diversas, destacaríamos, contudo, como a mais importante àquela relacionada com a territorialidade. Isto é, na condição atual, além de permanecerem exercendo suas atividades ligadas ao extrativismo, asseguram a continuidade das relações sociopolíticas instituídas tanto do lado brasileiro quanto com o boliviano e isso lhes proporciona maior segurança. Em síntese, pelos seus cálculos, as perdas seriam maiores que os ganhos se aceitarem a remoção, por isso resistem (Paula e Morais, 2010).

Os brasileiros que vivem na Bolívia, alvo do Censo da OIM, apresentaram os seguintes temores quanto ao re-assentamento em terras bolivianas fora da faixa de fronteira dos 50 km. Estes temem quanto aos aspectos políticos: que não seja criado mecanismos jurídicos para a legalização dos lotes entregues e que não se regulariza a posse do solo. Temem também que o Estado boliviano e o Estado brasileiro não assumam os compromissos estabelecidos nos acordos bilaterais e por isso temem que sejam abandonados no novo assentamento. No que diz respeito ao tamanho do lote, pois na atualidade vivem em sua maioria (274 famílias) em áreas de até 50 hectares, por isso temem que os novos lotes sejam bem menores (OIM, 2009).

Quanto ao retorno ao Brasil a situação não é muito atrativa. O texto da Medida Provisória 354/2007[2] já destacava as poucas opções desta população voltar para o Brasil, vejamos: “a relevância e urgência desta proposição justificam-se pelo grande potencial de tensões que se criariam na fronteira com o desalojamento intempestivo de centenas de famílias brasileiras e a falta de alternativas viáveis para a sua reocupação socioeconômica no Brasil. Ademais, o retorno forçado dessas famílias implicaria pressão adicional sobre os programas de assentamento agrário e sobre os serviços sociais nos Estados do Acre, de

[2] A Medida Provisória 354/2007, trata “(...) de fortalecimento da cooperação bilateral com a República da Bolívia, especialmente na área de desenvolvimento agrário e de agricultura familiar, com o propósito de prestar assistência na implantação da política fundiária de reforma agrária do governo boliviano e, ao mesmo tempo, de viabilizar a regularização migratória e fundiária e a sustentabilidade de famílias brasileiras que se dedicam a atividades extrativistas e à pequena agricultura em território boliviano, na faixa de fronteira com o Estado do Acre”.

Rondônia e do Amazonas" (Medida Provisória 354/2007). O texto da Medida Provisória faz referência a "três mil brasileiros que estariam em situação social bastante delicada na Bolívia".

A proposta do INCRA é evidenciada através da matéria do site de notícias Agência Brasil, intitulada: **Incra no Acre elabora plano para assentar agricultores brasileiros da fronteira boliviana**, publicada no dia 15 de outubro de 2007 que diz o seguinte:

> [...] Como o quadro se aguçou antes de concluirmos qualquer dasapropiação e muitas famílias já estão acampadas em Brasiléia, temos a opção emergencial de levá-las para o município de Lábria, no sul do Amazonas, diz o superintendente do Incra. Segundo ele, a área amazonense está em meio a floresta e é muito grande, **ideal** para abrigar famílias que se dedicam ao extrativismo. A opção seria emergencial, por serem áreas griladas, poderiam ser mais rapidamente desapropriadas. Outra alternativa, de acordo com Cardoso, seria obter terras no próprio Acre, o que demoraria mais (O Estado do Acre, 22/10/2007).

Nesta reportagem nos chama atenção o descompromisso do INCRA com a territorialidade desta população camponesa, uma vez que fala de re-assentá-los em Labréa-AM. Esta população, como os dados da OIM revelam, teme exatamente isto serem assentados em locais muito distantes e sem acesso a faixa de fronteira do Acre. Em data mais recente o INCRA tem falado em re-assentar estas famílias nos seguintes projetos de assentamentos (ver quadro 02).

Quadro 02 – Distribuição das famílias que serão assentadas

Município	Projeto de Assentamento	Nº de Famílias
Capixaba	Campo Alegre e nas áreas I, II e III	180
Bujari	Canari	177
Brasiléia	Porto Carlos	100
Plácido de Castro	Triunfo	86
Xapuri	PA	05
Rio Branco	Baixa Verde	01
Brasiléia	Santa Quitéria	01
TOTAL		**550**

Fonte: dados da entrevista com o INCRA em e org. por ESPÍNDOLA.

Em junho de 2010 muitas famílias encontram-se abrigadas em casas de parentes na cidade de Plácido de Castro e o único apoio foi do Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR. De acordo com o presidente Sr. Wenceslau Mendes Barbosa até o presente momento foi efetuado o cadastro de 271 famílias, que servirá de base para o INCRA pensar em "re-patriá-los".

Segundo ele, todos os dados do cadastro foram entregue na superintendência do INCRA para fins de triagem, e a informação é que o programa de assentamento somente vai contemplar famílias que nunca receberam terra no Brasil. No caso das 271 famílias cadastradas 12 já foram beneficiadas anteriormente, portanto estão impedidas de receber lotes de terra novamente.

Outra informação prestada pelo presidente do STR, bem como pelo prefeito da Cidade de Plácido de Castro, Sr. Paulo Cesar Almeida, é que as famílias cadastradas em Plácido de Castro serão assentadas no ramal do triunfo no km 68. Cada família assentada receberá um lote de 10 hectares com casa construída em alvenaria, na qual todas elas ainda serão contempladas com uma cesta básica durante um ano, período em que o governo disponibilizará de técnico para fazer a correção do solo, já que as famílias serão assentadas em áreas degradadas localizadas do município de Plácido de Castro.

Mas, segundo o prefeito, existe um problema preeminente no que diz respeito ao assentamento das famílias no município, uma vez que o INCRA, somente realiza a distribuição de terra, quanto a questão social associada a infraestrutura no que tange a construção de ramais, escolas, posto de saúde, abastecimento de água passa ser incumbência da prefeitura que não dispõe de verba suficiente para promover infra-estrutura necessária para atender os anseios dessas famílias.

Vejamos alguns depoimentos de famílias seringueiras que vivem o impasse de ser re-assentados no Pando e no Acre. A família de Maria Abreu foi morar na Bolívia por falta de terra para trabalhar no Brasil. Na Bolívia, eles encontraram “terra com fartura”, o que era escasso no Acre. E com a força do trabalho baseado na produção extrativista e agricultura familiar, construíram moradia e criaram filhos e netos. Ela relatou que a idéia era morar na Bolívia a vida toda, no entanto desde janeiro de 2010 está morando na cidade de Plácido de Castro-AC, e os frutos do trabalho deles deixaram em solo boliviano, conseguiram vender somente o gado por um valor irrisório, no qual investiram em um pequeno casebre na periferia da cidade. A família fez o cadastro no Sindicato dos Trabalhadores Rurais visando

ser beneficiado através da política de assentamento do INCRA e encontram-se a "mercê da sorte". Vejamos o seu depoimento, sobre a sua vida na Bolívia e as tensões de viver no outro lado da fronteira:

> Meu pai me levou para Bolívia, eu tinha 2 anos de idade (...) tenho 53 anos, casei lá, depois vim para o Brasil morei na beira da estrada 2 anos, depois voltei para Bolívia (...) tenho 8 filhos (...) Nois tava bem no Cumuru, meu marido, tinha roçado, cortava seringa, quebrava castanha, tinha casa de farinha, paiol, criava gado, capote, pato, porco, meu marido não acostuma aqui [Plácido de Castro], ele gostaria de voltar... o nosso gado nos vendemo pro Fred, para comprar uma casinha [Plácido de Castro] eu sai porque eu tava com medo de uma guerra, porque o pessoal tava dizendo que ia cortar a ponte (...) Toda semana passava um boliviano dizendo que tinha que fazer assentamento e passar os brasileiros para dentro da Bolívia, tem 30 famílias que vão pra dentro da Bolívia, mas eu tomo medicamento controlado e não posso morar em lugar distante se não eu vou morrer logo (Maria Abreu, entrevistada em 15 de junho de 2010).

A Sra. Maria Abreu ao relatar momentos de sua vida, enfatizando todas as conquistas adquiridas com o fruto do trabalho de sua família se emocionou, e afirmou que não aceitou adentrar a Bolívia por sofrer de patologia crônica, portanto, necessita morar em local que possa ter acesso a saúde, e na fronteira era possível, pois sempre que precisava recorria a cidade de Plácido de Castro. E como a idéia do governo boliviano é que a fronteira seja habitada somente por bolivianos, muitos brasileiros temem penetrar a Amazônia boliviana, e assim ficar sem acesso ao Brasil.

Vejamos o relato de um produtor extrativista, morador da faixa de fronteira, quando se perguntou por que sua família foi morar na Bolívia:

> Bom, fui pra Bolívia quando tinha acho que uns 4 a 5 anos de idade, meu pai me levou, (...) meu tempo é trabalhando dentro da Bolívia, [desde] a minha infância, (...) minha família me criou lá, eu me adaptei e hoje vivo lá ainda (...). Fui em 1970, hoje tenho 43 anos moro na Bolívia na média de 38 anos, o motivo que levou meus pais morar na Bolívia é que aqui nessa época a produção que se via mais falar era borracha né e como na Bolívia tinha muito seringal bom que ainda hoje tem, mais ta tudo abandonado, e com a produção da borracha a gente permaneceu bem dizer até hoje (...) eu e minha esposa a gente se conheceu lá, morava no mesmo seringal e a gente se casou há 25 anos (...). O que levou muito brasileiro pra Bolívia é porque o INCRA cortou as terras, acabou os seringais e não tinha sobrevivência aqui e os brasileiros foram tudo entrando para Bolívia (...) meu pai foi para Bolívia através dum tio meu que já era dono de seringais la dentro (...) La, eu tenho mais de dois mil hectares de terra, vivo da seringa, castanha, açaí, tenho um pequeno roçado e crio umas cabeças de gado. (Sebastião Vieira entrevistado em 16 de junho de 2010.)

Durante a pesquisa de campo, as famílias entrevistadas foram unânimes em suas respostas ao afirmar que não gostaria de retornar para o Brasil, uma vez

que foi na Bolívia que eles concretizaram o sonho da “terra farta”, onde muitos viram seus filhos nascer e crescer, e mesmo tendo filhos nascido em solo boliviano não conseguiram permanecer nessa terra.

Várias vezes estiveram em Cobija na busca de se legalizar e documentar as terras, mas as investidas não foram satisfatórias. O Sr. Sebastião Vieira presidente da Associação dos Seringueiros e Ribeirinhos do Rio Abunã mora na Bolívia há 38 anos, “trabalhou arduamente” junto com sua família, conquistando seu próprio espaço e meios de subsistência, além dos meios de transporte para escoar sua produção, é um grande articulador junto aos brasileiros da Bolívia e a COOPERACRE, cooperativa responsável pela compra dos produtos extrativista. Hoje, o aumento maior da sua renda vem da compra e venda do açaí, onde faz entrega para uma fábrica de beneficiamento na cidade de Plácido de Castro, porém, todo produto produzido em solo boliviano é pago uma taxa, sendo a cobrança efetuada por volume e não por quilograma. Cabe frisar que o camponês Sebastião ainda mora na Bolívia, foi um dos brasileiros que assistiu o nascimento de seus filhos em solo boliviano e mesmo dois de seus cinco filhos sendo registrados naquele país não conseguiu a legalização da terra, e disse que não tem pressa de sair, vai aguardar o diálogo com a equipe da Organização Internacional para as Migrações-OIM, pois a quantidade de terra (em torno de 10 hectares) cogitada por família assentada no Brasil não lhe agradou, segundo ele, o seringueiro “acostumado com a floresta, trabalhar em grandes lotes de terra jamais vai se contentar ser plantador de verdura”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a perspectiva de retorno para o Acre e/ou permanência na Bolívia

A resolução das tensões relatadas nas entrevistas diz respeito aos acordos já estabelecidos entre os dois governos. A execução do Programa de Re-assentamento teve como primeira iniciativa a realização do Censo, tarefa essa a cargo da OIM.

O Censo de “famílias brasileras en la franja de frontera, departamento de Pando – Bolívia” teve como objetivo subsidiar o Programa de Reasentamiento de Familias Brasileras en el Departamento de Pando, do governo boliviano. Para a

realização do mesmo o governo brasileiro repassou a quantia de US$ 10.256.410,25 (dez milhões, duzentos e cinqüenta e seis mil, quatrocentos e dez dólares norteamericanos e vinte e cinco cêntimos). A justificativa para tal repasse era que os recursos serão utilizados para a concepção e desenvolvimento de projetos destinados à ocupação econômica de cidadãos brasileiros que devam retirar-se de terras que hoje ocupam na faixa de fronteira entre a Província de Abunã, do Departamento de Pando, na Bolívia, e o Estado de Acre, no Brasil, por força da implementação de normas legais do Governo da Bolívia (Paula e Morais, 2010: 48).

O Programa de Reasentamiento tem como objetivo criar oportunidades de "reasentamiento ecinómicamente sustentables y socialmente dignas en território boliviano, de los brasileros vulnerables que habitan tierras, en la franja de los 50 kilómetros de la frontera en le Departamento de Pando" (OIM, 2009: 08) os quais se dedicam a atividades florestal e/ou a pequena agricultura. A finalidade do Programa "es crear condiciones necesarias y los mecanismos adecuados para que las famílias brasileras puedan ser reubicadas voluntariamente y dignamente en áreas legalmente permitidas en Bolívia" (OIM, 2009: 08).

Por alguma razão, ao concluirmos esta comunicação nos lembramos do filme "Héroes sin Pátria" (1999) dirigido por Lance Holl. Este filme retrata um episódio histórico ocorrido durante a invasão militar estadunidense no México em 1846, onde um batalhão formado por soldados irlandeses deserta do exército estadunidense e passa a lutar ao lado do exercito mexicano. Os sobreviventes das batalhas foram fuzilados a mando do comando militar estadunidense. Conhecido como "batallon de San Patricio", esses bravos irlandeses são considerados heróis pelo povo mexicano.

No Acre, os seringueiros são enaltecidos pela história oficial como "heróis da pátria" por terem participado da mal denominada "Revolução Acreana" (episódio liderado pelos patrões seringalistas que resultou na anexação de território boliviano e peruano ao Brasil no início do século XX) e como "soldados da borracha" (produzindo borracha para abastecer as forças aliadas) durante a segunda guerra mundial. Fora das "cartilhas de história", todavia, esses seres humanos reais, são na verdade um tipo de "heróis sem pátria", não só os que se refugiaram na Bolívia e tem seu retorno dificultado ou rejeitado pela "pátria", mas também os que permanecem em território amazônico brasileiro e tem seus direitos elementares negados pela "sua" pátria. Não foram fuzilados como os

irlandeses do batallon de San Patricio, mas lentamente vão sendo exterminados nas engrenagens do "moinho satânico" do capitalismo, sob a batuta de um imperialismo comandado, também, pelas tropas estadunidenses.

Enfim, esses trabalhadores brasileiros na Bolívia sobrevivem imersos em uma dúvida imersa na dupla face de uma mesma moeda: permanecer naquele país no re-assentamento ou retornar para o Brasil. Permanecer na Bolívia significa mudar-se para áreas fora da faixa de fronteira e de suas vidas nela re-feitas, regressar ao Brasil nas condições postas até o momento pelo governo brasileiro tem sentido semelhante de des-territorialização e de inseguridade daí decorrente. Oxalá que esses "heróis sem pátria" encontrem ânimo e inspiração para unirem-se aos demais camponeses e povos indígenas que se insurgem contra as mazelas do capitalismo e lutam para transformar "Nuestra América" numa "Casa Grande".....

5 – Referências Bibliográficas

BELTRÁN, Clara Lopez. **La exploración y ocupación del** Acre (1850-1900). Revista das Índias, La Paz: 2001.

BOLÍVIA. **Pando**: tierra saneada con la reconducción comunitária. INRA, Cobija: 2010.

CÉSPEDES, Margoth. **Acceso y distribución interna de la tierra en comunidades campesinas de Pando.** Cobija: CEJIS, 2005.

DANTAS, Kelen Gleysse Maia Andrade. **Nas Fronteiras da "Terra Prometida":** trajetórias de trabalhadores rurais do alto Acre. Rio Branco: UFAC, 2009.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental**: os assentados em áreas de preservação e os não assentados. In: Revista NERA. Presidente Prudente: NERA, 2005.

FOUCHER, Michel. **L'Invention des Frontières**. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1986.

O Estado do Acre**.** Incra no Acre elabora plano para assentar agricultores brasileiros. Rio Branco, 13-10-2007.

MAIA, José Sávio da Costa. **Seringueiros Brasileiros e suas travessias para a Bolívia:** a formação de novos modos de vida num espaço de litígios (1970-1995). Recife: UFPE, 2002. Dissertação (Mestrado em História).

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MEDIDA **PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007**

OIM. **Censo** de Familias Brasileras en na Franja de frontera, departamento de Pando – Bolívia. Cobija: 2009.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e Sindicatos**: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. (Dissertação de Mestrado). 1991

PAULA, Elder Andrade de & MORAIS, Maria de Jesus Morais. Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas. In: VALENCIO, Norma; _____ & WITKOSKI, Antonio Carlos. **Processos de Territorialização e Identidades Sociais**. V. I. São Carlos: Rima, 2010.

VARADOURO. (agosto de 1978). **Como Expulsar Seringueiros com Recursos da SUDAM**. Rio Branco. Ano II, n° 11.